

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte:


<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/about/submissions#copyrightNotice>. Acesso em : 21 out. 2022.

REFERÊNCIA

LUZ, Alana Souza; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A caixa escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 39, mai/ago. 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v17i39.49558>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/49558>. Acesso em: 21 out. 2022.

A caixa escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021)*

Alana Souza Luz¹ 

Juarez José Tuchinski dos Anjos² 

Resumo

O artigo tem por objetivo empreender um balanço das pesquisas em história da educação brasileira nos últimos dez anos sobre um objeto de estudo em particular, a caixa escolar. Na primeira parte são apresentados alguns procedimentos metodológicos adotados no levantamento historiográfico e os primeiros dados evidenciados sobre a caixa escolar enquanto objeto de pesquisa na história da educação brasileira dos últimos dez anos. Na segunda parte, são analisados, em uma leitura verticalizada, os trabalhos encontrados, buscando destacar as características, o funcionamento e os usos da caixa escolar no passado educacional do nosso país.

Palavras-chave: Caixa escolar; História da educação; Historiografia.

Abstract

School fund in recent historiography of Brazilian education (2011-2021)

This paper aims to make a balance of research about the history of Brazilian education over the last ten years on a particular object of study: the school fund. The first part introduces some methodological procedures adopted in the historiographical survey as the first evidenced data about the school fund as an object of research in the history of Brazilian education over the last ten years. The second part focused on analyzing, in a vertical reading, the works found, seeking to highlight the characteristics, functioning, and uses of the school funding in the past that our country has.

Keywords: School fund; History of education; Historiography.

Resumen

El fondo escolar en la historiografía educativa brasileña reciente (2011-2021)

El artículo hace balance de investigaciones en la historia de la educación brasileña en los últimos diez años sobre el fondo escolar. La primera parte presenta algunos procedimientos metodológicos

* Pesquisa financiada com recursos do Edital DPI/DPG 02/2021 da Universidade de Brasília, a quem registramos agradecimentos.

¹ Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

² Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

adoptados en el levantamiento historiográfico y apunta a los primeros datos evidenciados sobre la educación escolar como objeto de investigación en la historia de la educación brasileña en los últimos diez años. En la segunda parte, se analizan los trabajos encontrados, en una lectura vertical, buscando resaltar las características, funcionamiento y usos del fondo escolar en el pasado educativo de nuestro país.

Palabras clave: Fondo escolar; Historia de la educación; Historiografía.

Introdução

Já é bem conhecida e demonstrada a afirmação de que a produção historiográfico-educacional brasileira cresceu exponencialmente nas últimas décadas (GONDRA, 2005; BASTOS, 2016; BITTAR, FERREIRA JR., 2019, dentre outros). Seja pela renovação teórico-metodológica pela qual o campo passou (VIDAL, FARIA FILHO, 2005); seja pelas trocas intergeracionais entre orientadores e orientandos (WARDE, 2011), a historiografia tem se alargado, parafraseando Le Goff e Nora (1988), na construção de novos problemas, novos objetos e novas abordagens na pesquisa sobre a história da educação no Brasil.

O crescimento fartamente documentado, por sua vez, tem levado à constante necessidade de realização de balanços da produção, tanto gerais, como os efetuados por Catani e Faria Filho (2005); Buffa (2016) e Souza (2019), quanto sobre regiões ou temas específicos, como os levados a cabo por Anjos (2017); Bencostta (2019) e Warde (2021), apenas para citar alguns. Esse tipo de estudo, ao mesmo tempo em que constrói uma memória do campo e uma história da sua historiografia, sintetiza o conhecimento acumulado, apontando o que se sabe bem como o que ainda é preciso aprofundar sobre determinados aspectos do nosso passado educacional. É inspirado nesse tipo de investigação que se situa o intento do presente artigo: empreender um balanço das pesquisas em história da educação brasileira nos últimos dez anos sobre um objeto de estudo em particular, a caixa escolar.

A caixa escolar foi e ainda é – de fato, sua história chega até nossos dias – um mecanismo de financiamento da educação de alunos pobres ou, como diríamos no presente, em situação de vulnerabilidade social. Ventilada ainda em fins do Império como uma estratégia que poderia criar condições de exequibilidade da escolarização do estudante pobre, fornecendo-lhe roupas e materiais escolares, por exemplo, teve largo emprego ao longo do período republicano, mantendo-se em funcionamento, no presente, em muitos estados brasileiros.

No contexto da renovação do campo nos últimos anos, estaria também a caixa escolar recebendo a atenção dos historiadores e historiadoras da educação como um importante componente de nossa história educacional da escolarização da população pobre? O que as eventuais pesquisas sobre a caixa escolar têm descoberto sobre suas características, funcionamento e usos? O que ainda precisamos compreender mais? São essas as questões norteadoras deste trabalho.

O artigo, até aqui introduzido, divide-se em duas partes. Na primeira, são apresentados alguns procedimentos metodológicos adotados no levantamento historiográfico e os primeiros dados evidenciados sobre a caixa escolar enquanto objeto de pesquisa na história da educação brasileira dos últimos dez anos. Na segunda parte são analisados, em uma leitura verticalizada, os trabalhos encontrados, buscando destacar as características, o funcionamento e os usos da caixa escolar no passado educacional do nosso país. Ao final, encerra-se com considerações, a modo de conclusão.

Procedimentos metodológicos e primeiros dados evidenciados

Em termos metodológicos, foram empreendidas pesquisas em periódicos nacionais da área de história da educação, no Google Scholar e no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no arco temporal de 2011 a 2021.

Nos periódicos nacionais da área, consultaram-se todos os números disponíveis *online*, utilizando-se os seguintes descritores: “caixa escolar”, “caixas escolares”, “estudante pobre”, “estudantes pobres” e “assistência estudantil”. Optou-se por utilizar descritores mais amplos nessa primeira base consultada, uma vez que, nas revistas especializadas, entendeu-se que a caixa escolar poderia aparecer diluída em pesquisas ligadas às questões envolvendo a escolarização da população pobre. As revistas consultadas foram: Revista Brasileira de História da Educação; Revista de História e Historiografia da Educação; Revista Histerdbr *online*; Revista História da Educação; Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo; Revista Latino-Americana de História da Educação e Cadernos de História da Educação. Nessas bases consultadas foram encontrados apenas dois trabalhos versando sobre a caixa escolar.

No Google Scholar, uma base mais ampla, a pesquisa foi restringida ao descritor “caixa escolar”, já que as outras palavras-chave utilizadas anteriormente não retornaram

ocorrências significativas nas revistas em história da educação. Nessa base mais ampla, que abarca artigos, comunicações em eventos científicos e, eventualmente, teses e dissertações (que não foram consideradas nesta etapa da pesquisa), localizaram-se, novamente, apenas dois artigos em periódicos dentro do arco temporal por nós empregado³.

Por fim, na terceira etapa, recorreremos ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando novamente o descritor “caixa escolar”. Da pesquisa, retornaram 21 ocorrências. Após a leitura dos títulos e resumos, verificou-se que apenas sete dissertações e uma tese tratavam direta ou indiretamente da caixa escolar como objeto de estudo em história da educação. As demais ou tratavam da caixa escolar no presente ou apenas a mencionavam, sem demonstrarem que ela era abordada como objeto histórico no decorrer da investigação.

O Quadro sintetiza, em ordem cronológica, as 12 pesquisas encontradas nas três etapas do levantamento historiográfico nas bases consultadas.

Quadro - Pesquisas históricas sobre a caixa escolar (2011-2021).

Ano	Autor/Título	Recorte geográfico	Recorte cronológico	Tipo
2012	BERNARDO, Fabiana de Oliveira; CARVALHO, Rosana Areal de. Caixa escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. <i>Educação em Foco</i> . Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012.	Minas Gerais	1911-1914	Artigo
2013	BAHIENSE, Priscilla Nogueira. <i>A fim de arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres: as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)</i> (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.	Belo Horizonte	1911-1918	Dissertação
2013	VASCONCELOS, Dimas Augusto de. <i>Custeio da Educação Pública na Era Vargas: a caixa escolar no Ceará (1930-1945)</i> . (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.	Ceará	1930-1945	Dissertação

Continua

³ Houve um terceiro artigo localizado intitulado “O grêmio dos professores primários de Pernambuco fabricando bons hábitos: ‘a caixa escolar’” (LIMA, SILVA, 2021). Porém, após sua leitura, constatou-se tratar ali da Caixa Econômica Escolar, que é uma iniciativa diversa da caixa escolar que interessa a esta pesquisa.

Continuação

2014	BAHIENSE, Priscilla Nogueira. Não basta fornecer o mestre: o funcionamento das caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918). <i>Interfaces Científicas-Educação</i> . V. 2, p. 48-58, 2014.	Belo Horizonte	1911-1918	Artigo
2014	BERNARDO, Fabiana de Oliveira. <i>Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913)</i> (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.	Minas Gerais	1911-1913	Dissertação
2015	ALVES, Rosimar Pires. <i>Biblioteca escolar das escolas reunidas Sant'Anna do Parahyba/MT: contribuições para o estudo de sua história</i> . (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Parnaíba, 2015.	Mato Grosso	1936-1945	Dissertação
2016	FONSECA, Sérgio César; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira de assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. <i>História da Educação</i> . Santa Maria, v. 20, n. 49, p. 123-141, ago. 2016.	São Paulo	1940-1950	Artigo
2017	THOMÉ, Luan Manoel. <i>O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)</i> . (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017.	Diamantina	1907-1909	Dissertação
2017	ZONIN, Sélia Ana. <i>A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)</i> . (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.	Santa Catarina	1938-1945	Dissertação
2018	ZONIN, Sélia Ana; GASPARD DA SILVA, Vera Lúcia; PETRY, Marília Gabriela. Assistência à infância escolarizada: a caixa escolar em cena. <i>Revista Brasileira de História da Educação</i> . Maringá, v. 18, mar. 2018.	Santa Catarina	1900-1964	Artigo

Continua

Continuação

2019	SANTOS, Mileide Mateus dos. <i>O Grupo Escolar Bueno Brandão como expressão republicana no Município de Uberabinha-MG 1911 a 1930</i> . (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.	Minas Gerais	1911-1930	Dissertação
2020	BERNARDO, Fabiana de Oliveira. <i>Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. (1892-1911)</i> . (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.	Minas Gerais	1892-1911	Tese

Fonte: Periódicos de História da Educação, Google Scholar e Banco de Teses da CAPES.

Um primeiro dado que o levantamento evidenciou é o de que, em termos quantitativos (um total de 12 trabalhos), pode-se considerar que ainda é pequeno o número de pesquisas abordando a história da caixa escolar na historiografia da educação brasileira recente.

Porém, se lermos os dados localizados por ano de publicação das pesquisas, percebe-se que, embora sejam numericamente poucos os estudos que se ocupam deste objeto, em seu conjunto, o fizeram com inegável regularidade na última década: um estudo em 2012; dois em 2013; dois em 2014; um em 2015; um em 2016; dois em 2017, um em 2018, um em 2019 e um estudo em 2020. Assim, é possível considerar que, em termos qualitativos, a história da caixa escolar vem sendo constantemente visitada ao longo da última década por alguns historiadores e historiadoras da educação.

Um terceiro dado que o levantamento delineia é a identidade dos pesquisadores e pesquisadoras da história da caixa escolar no Brasil: Fabiana de Oliveira Bernardo com três pesquisas (uma delas em coautoria com Rosana Areal de Carvalho); Priscilla Bahiense contribuiu com dois estudos; Sélia Ana Zonin com dois trabalhos (um deles em coautoria com Vera Lúcia Gaspar da Silva e Marília Petry); Rosimar Pires Alves, Sérgio César Fonseca em parceria com Elmir de Almeida, Luan Manoel Thomé, Dimas Augusto Vasconcelos e Mileide Mateus dos Santos, por sua vez, são autores de uma pesquisa sobre a caixa escolar cada um. No caso dos pesquisadores com mais de um trabalho abordando a caixa escolar, evidenciam-se investimentos

sucessivos de pesquisa no estudo desse aspecto da história educacional, ou seja, há historiadoras da educação que têm se dedicado a pesquisar essa temática em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas. Mas também há pesquisadores – que aqui comparecem com um único estudo cada – que, até onde essa amostra permite acompanhar, parecem ter se dedicado ao estudo da caixa escolar em momentos específicos de suas trajetórias intelectuais.

Um quarto dado a ser considerado diz respeito aos títulos dos trabalhos e o lugar que a caixa escolar neles ocupa. Sete pesquisas trazem a caixa escolar como objeto central de suas análises (BERNARDO, CARVALHO, 2012; BAHIENSE, 2013; 2014; VASCONCELOS, 2013; BERNARDO, 2014; ZONIN; 2017; ZONIN et al., 2018). Cinco pesquisas, por sua vez, a abordam como um desdobramento do tema central da investigação, isto é, a Biblioteca Escolar das Escolas Reunidas de Sant’anna do Paranahyba/MT (ALVES, 2015), a Legião Brasileira de Assistência (FONSECA, ALMEIDA, 2016), o exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (THOMÉ, 2017), o Grupo Escolar Bueno Brandão em Uberabinha (SANTOS, 2019) e a frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (BERNARDO, 2020). A caixa escolar, assim, comparece nas pesquisas mobilizadas tanto como objeto central de estudo como enquanto elemento que ajuda a compor explicações sobre determinados aspectos do passado educativo, particularmente ligados à escolarização primária em nosso país, bibliotecas escolares e políticas assistenciais.

Outro dado relevante é o que diz respeito às regiões brasileiras em cujo contexto educacional a caixa escolar foi estudada. Minas Gerais foi a região onde ela foi mais investigada, em sete estudos; em seguida, Santa Catarina, com dois estudos, e, por fim, com um estudo cada, os estados do Ceará, Mato Grosso e São Paulo. Diante desse panorama, podem-se levantar alguns questionamentos: não teria funcionado a caixa escolar em outras regiões brasileiras? Ou, tendo existido, apenas não foi objeto de pesquisas em nível regional nos últimos dez anos? A recorrência de estudos sobre a caixa escolar em Minas Gerais seria indicativa da importância que essa prática teve na escolarização naquela localidade, em determinado momento da história? São questionamentos que, próprios da pesquisa histórica – na qual, segundo Marc Bloch, quando é impossível calcular impõe-se sugerir (BLOCH, 2009) –, podem ser levantados, mas somente estudos comparados ou verticalizados em outras regiões poderão responder futuramente.

Um sexto elemento a ser mencionado é da periodização das pesquisas. Sete delas situam-se na Primeira República; três na Era Vargas; uma da primeira metade do século XX até 1964 e uma na década de 1940 a 1950. O que essa periodização pode revelar? Em princípio, parece indiciar uma permanência histórica na existência da caixa escolar, em diferentes regiões brasileiras, ao longo de diferentes momentos da história republicana, particularmente, nos seus primórdios. Por outro lado, nota-se uma ausência de estudos sobre as origens da caixa escolar, isto é, os anos finais do período imperial bem como sobre a caixa escolar no período da ditadura civil-militar e nos anos da redemocratização.

Uma última informação que o levantamento efetuado fornece é a da tipologia de trabalhos que foram desenvolvidos sobre a história da caixa escolar no Brasil. A maior parte das pesquisas – oito no total – foi desenvolvida com vistas a obtenção de uma titulação acadêmica, sete mestrados e um doutorado. Mesmo no caso das quatro restantes, por se tratar de artigos publicados em periódicos cujas autoras em três casos são também autoras de dissertações/tese, pode-se afirmar que podem estar ligadas a essas pesquisas maiores mencionadas. Somente no caso de um artigo é que tal relação não pode ser estabelecida. Assim, pela sua maior parte, os estudos sobre a caixa escolar localizados são resultados de pesquisas de algum fôlego, como é o caso dos mestrados e, sobretudo, doutorados em nosso país.

Apresentada a metodologia e esse apanhado de dados iniciais, passemos a interrogar o conjunto dos trabalhos inventariados, procurando analisar as características, o funcionamento e os usos da caixa escolar no Brasil.

A caixa escolar na história: características, funcionamento e usos

Há uma concordância entre os artigos e as dissertações/tese que as caixas escolares não são uma ferramenta originária da República, mas são utilizadas por ela como elemento inovador e meio para garantir a educação primária obrigatória. No levantamento efetuado foi possível identificar a caixa como um dispositivo criado com o objetivo precípua de dirimir as insuficiências materiais dos mais necessitados, em relação à entrada e permanência na instituição escolar, e, em segundo plano, suprir com outras demandas. Elas são principalmente mantidas por mensalidade dos sócios, doações e o que for arrecadado em eventos festivos.

Em análise das caixas escolares no século XX, em Minas Gerais, Bahiense (2013), em sua dissertação de mestrado, aponta que as caixas tinham o “objetivo inicial de prestar auxílios aos indigentes e pobres, além de contribuir para a aquisição da mobília necessária às escolas [...]” (p. 22). No artigo também de Bahiense, oriundo de sua dissertação mencionada anteriormente, a autora, que fez o estudo dos sete primeiros grupos escolares de Minas Gerais, analisa os balancetes gerados pelas caixas escolares e identifica que: “as doações geralmente contam com o nome do doador e a quantia, e com o auxílio do relatório da diretora do grupo, é possível verificar que os nomes que constam neles, geralmente, se referem a professoras do Grupo Escolar” (2014, p. 52).

Durante a Era Vargas, no Ceará, segundo Vasconcelos (2013), “o objetivo da caixa era facilitar a instrução no seio das camadas pobres, proporcionando às crianças, reconhecidamente necessitadas [...]” (p. 83). Já em Santa Catarina, a caixa escolar teve seus objetivos regulamentados em decreto no ano de 1964, de acordo com Zonin et al. (2018), quais sejam: “I– fornecer merenda e uniforme aos alunos necessitados; II – distribuir livros e material escolar aos alunos necessitados; e III – conferir prêmios aos que se distinguirem nas classes” (p. 16).

Alves (2015), em seu estudo sobre a história da biblioteca das Escolas Reunidas Sant’anna do Paranahyba entre 1936 e 1945, aborda a caixa escolar porque este foi o dispositivo que financiou a implementação da biblioteca. Em sua pesquisa aponta a criação dessa caixa em 1936 com o objetivo de amparar as necessidades dos alunos pobres. Ressalta que, no Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, o estado contribuiria com a caixa na forma de doação de material escolar, porém no Livro Caixa Escolar das Escolas Reunidas Sant’anna não há registros sobre tal receita. Alves (2015), então, faz alguns apontamentos:

As fontes documentais em relação à caixa escolar indicam que havia uma carência de recursos para o provimento de materiais, manutenção de alunos pobres e ainda que a Caixa foi a precursora da biblioteca escolar fundada nessa escola, sendo os primeiros recursos advindos dessa instituição que propiciou um espaço físico destinado aos livros. Desse modo, a caixa escolar foi uma instituição implementada nas Escolas Reunidas Sant’anna do Paranahyba, composta por professores, funcionários, autoridades e outros membros da sociedade, tendo em vista o funcionamento da escola, como uma maneira de garantir a frequência de alunos pobres, ou seja, uma mantenedora, uma vez que os recursos do estado de Mato Grosso à época eram escassos para a escola (p. 54-5).

A autora ainda afirma que o dispositivo se tornou essencial visto que o Estado faltava com o interesse para com a escola primária de Paranaíba.

Thomé (2017), que disserta sobre o exercício da função de professor no Grupo Escolar de Diamantina entre 1907 e 1909, obteve em sua pesquisa informações sobre as receitas e despesas das caixas escolares: as receitas eram resultado de eventos festivos, doações e contribuições da câmara municipal, e as despesas eram feitas com uniforme de alunos pobres e materiais para as aulas. Também relata que em decorrência das dificuldades do fornecimento de materiais aos alunos pobres, que eram muitos, a Câmara Municipal de Diamantina começou a colaborar com uma quantia mensal que também era empregada no objetivo de obter uniformes e materiais aos alunos pobres. Mesmo com essa contribuição o grupo continua com muitas carências e então propõem a contribuição mensal por parte do diretor e professores; essa condição contribuiu para o melhor atendimento da demanda de uniformes para os alunos sem recursos (THOMÉ, 2017).

Para além das especificidades de cada regulamento, o intuito de subsidiar necessidades escolares de alunos pobres é o que todas as experiências de caixas escolares possuem em comum, sobretudo, como mecanismo para garantir a frequência escolar dessa parcela da população (BERNARDO, 2020). Fica evidente a relação entre caixa escolar e pobreza, que a primeira foi implementada em relação à segunda e indica que a situação de pobreza, de várias formas, interferia no processo de escolarização a ponto de fomentar iniciativas. Também faz emergir reflexões sobre as representações de pobreza à época.

Outro aspecto relevante dentro dessa análise é o fato de que a maioria dos sócios da caixa eram funcionários da escola, evidenciando a realidade de que, para além de suas obrigações profissionais, professores e diretores punham-se a prover recursos necessários tanto para a escola, quanto para as crianças atendidas por ela. Em parte, eles eram responsáveis por contribuir, também por promover arrecadações que fizessem possível o seu próprio exercício profissional.

Por último, se destaca o fato de que os estados se apresentam em muitos casos como responsáveis pela regulamentação das caixas escolares, mas não se comprometem em assisti-las, descarregando-se da responsabilidade de provedor de auxílio direto aos estudantes pobres. As discussões a seguir abordam um pouco mais sobre essa vinculação entre caixa e escolar e o Estado.

A partir dos diversos tempos e lugares, a caixa escolar estabelece diferentes relações com o poder público. Mileide Mateus dos Santos, analisando o grupo

escolar Bueno Brandão em Uberabinha (MG), entre 1911 e 1930, observa que “a caixa escolar representava a via de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil no que se referia a manter crianças ‘pobres’ nas escolas públicas” (2019, p. 58). Da mesma forma, de acordo com o artigo de Fonseca e Almeida (2016), em 1940, as caixas escolares em São Paulo “foram normalizadas no cotidiano administrativo escolar e ainda recomendadas como necessárias à permanência dos pobres na escola” (p. 134) e que:

Para cuidar do fornecimento ou suplementação das refeições e da distribuição de livros, cadernos e apetrechos de escola, os integrantes da comunidade escolar angariavam parte dos fundos constituintes das caixas e, a partir desse acumulado, faziam frente aos custos desse modo de solidariedade induzida, porém, nominada e operada como assistência (p. 134).

Apesar de possuir características de política pública, de acordo com os autores, não é possível afirmar que as caixas escolares o eram; pois elas não garantiam direitos, e sim concessões, uma vez que a criança pobre era percebida mais como assistida do que como cidadão fruído de direitos sociais além de que “a rigor a sopa e a caixa escolar não teriam como fim precípua assegurar benefícios como garantias institucional-estatais que pudessem fortalecer a representação da criança como sujeito de direito [...]” (p. 136).

Fato semelhante é apresentado por Zonin et al. (2018), as quais ressaltam que em Santa Catarina, no século XX, os registros sobre as caixas escolares por elas estudados “fornecem indícios de que sua principal função era complementar ou substituir a assistência que o Estado não incluía em suas políticas”. Em sua dissertação, Zonin (2017) discorre que “embora esta tarefa fosse do Estado, que deveria ser o provedor da educação primária, obrigatória e gratuita, ele foi negligente na oferta e garantia dos direitos educacionais” sendo assim “a caixa escolar foi primordial na escolarização das crianças pobres, minimizando, através dos seus auxílios, as condições de desigualdade entre elas” (p. 86-7).

Bahiense (2013) revela característica das caixas escolares na educação primária também em Minas Gerais no início do século XX, “com contornos de uma instituição filantrópica, embora idealizada, organizada e fiscalizada pelo Estado, seu funcionamento era alicerçado em doações de particulares (sócios), entre outros” (p. 97), logo que a manutenção das caixas era feita pela população e não pelo poder público e que o regulamento geral do estado de Minas Gerais “define que a sociedade deveria contribuir por meio de doações, para a permanência dos alunos indigentes e minimamente

pobres, assim como para impulsionar a frequência escolar, também, por meio de premiações aos alunos mais assíduos” (p. 122).

Vasconcelos (2013), quando traz o assunto das caixas escolares no Ceará, entre 1930 e 1945, destaca que “a sociedade da época participou ativamente, através de contribuições filantrópicas, em conjunto com os órgãos do governo, que juntos financiavam a educação dos mais pobres, oportunizando sua ida às escolas” (p. 57), fazendo-nos concluir que qualquer que fosse a engenhosidade que os governos estariam utilizando para sensibilizar a população para a causa, estava dando certo.

Bernardo (2014) na análise das representações feitas à caixa escolar em Minas Gerais (1911-1914) concluiu que o “Estado afirmava e divulgava que, ao elaborar as diretrizes da caixa escolar, esperava que a sociedade se interessasse pela propagação da instrução” (p. 112), fazendo com que ela se tornasse responsável pela educação e, como consequência, cumpria-se a obrigatoriedade da educação primária. A autora também faz menção ao contexto em que o Estado promovia as caixas escolares, não fazendo qualquer referência a dificuldades que esse poderia ter em fornecer recursos para os estudantes pobres frequentarem e se manterem nas escolas, longe disso, deslocava a responsabilidade de acesso e frequências aos pais dos alunos, que por falta de recursos não permitia a eles condições básicas de enviar seus próprios filhos à escola. Em análise dos jornais da época, é possível identificar relatos que têm o objetivo de estabelecer a ideia de que a pobreza dos alunos não era de responsabilidade do Estado, e sim uma causalidade e que o Estado, por sua vez, apesar de não ser o responsável por cuidar dessa circunstância, criava instrumentos para que a sociedade agisse sobre essa realidade (BERNARDO, 2014).

Essa condição também notabiliza a relevância da relação entre quem é assistido por tais ações e quem é solidário a elas. De acordo com Vasconcelos (2013), a existência de subvenções para com a caixa escolar de particulares e doações “[...] revelam relações de poder configurado como um status para os que estudam nestas instituições, dos que a financiam, dos que a apropriam perpassando pela questão da tênue linha do que é público e privado” (p. 60).

O exposto acima desvela as estratégias empreendidas pelo Estado no enfrentamento das necessidades que os alunos pobres possuíam em cada contexto social e histórico. Em alguns casos, o Estado desobrigava-se totalmente, deslocando a responsabilidade para os particulares e, em outros, também colaborava como um sócio

da caixa escolar. Esse fato demonstra a existência de necessidades que de alguma forma precisavam ser supridas, assim sendo, os Estados, então, desenvolvem medidas para que elas fossem atendidas de maneira que não onerasse, ou pouco onerasse o aparelho estatal, valendo-se mais da boa vontade e do espírito de solidariedade da população.

É também necessário avaliar com quais finalidades o Estado valia-se no enfrentamento dessas necessidades advindas da pobreza, desvelando seus objetivos e interesse. Na abordagem das pesquisas a seguir é possível identificar alguns dos interesses, por parte do governo, na utilização da caixa escolar.

A caixa escolar além de meio utilizado para o acesso e permanência de alunos na escola, pode e deve ser considerada como estratégia de difusão de cultura. Conforme Bernardo (2014), as caixas escolares no início do século XX, em Minas Gerais, foram empregadas para a consolidação da educação primária e validação de um novo regime que naquele momento era imposto à sociedade. Para a autora, a escola ocupava o lugar de redentora das mazelas deixadas pelo Império e tinha a difícil incumbência de conduzir a construção da identidade do país. Além disso, “havia um grande temor às massas e ao que elas poderiam realizar caso não fossem contidas” (p. 65), dessa forma, “a preocupação acerca da educação de crianças pobres está diretamente vinculada à manutenção da ordem pública pelo Estado em Minas Gerais. A criança, nesse contexto, era vista como investimento para o futuro” (p. 65). É possível perceber que a caixa escolar tinha objetivo de incluir determinados sujeitos ao sistema de ensino com finalidades determinadas pelo contexto educacional, social e político vigente.

Bernardo e Carvalho (2012) também entendem a caixa escolar como um dispositivo que junto a outros proporcionaria as transformações almejadas pelo projeto de nação no início do século XX e que tinham objetivos “quais sejam o de produzir uma cultura política a partir das práticas e saberes disseminados pela escola” (p. 153). Com a frequência garantida pela caixa escolar, os alunos teriam total acesso ao que era disseminado na escola.

Mudando a perspectiva de análise, pode-se afirmar, finalmente, que a caixa escolar se tornou, em certa medida, parte da cultura escolar, pois possibilitava o próprio fazer educativo. Na dissertação de Bahiense (2013), a caixa escolar é estudada como um dispositivo de implementação, legitimação e ampliação dos grupos escolares em Minas Gerais, no início do século XX. Sua hipótese é apoiada na função

da caixa escolar – obrigatória nos grupos escolares – de favorecer e estimular a frequência nas escolas. E, apesar de ter sido imposta como obrigatória por decretos locais, seus estatutos ficavam a cargo de cada grupo escolar, que decidiam como melhor empregar os recursos de acordo com suas necessidades; alguns exemplos são expostos pela autora, como no caso de pagamento de reparos nos sanitários, compra de vassourinhas, sabão, espanadores etc. (BAHIENSE, 2013). A dissertação também esclarece que tanto a receita como as despesas deveriam ser enviadas a órgãos superiores – secretaria do interior – que controlariam as caixas escolares, porém, “ao final do parecer, encontra-se registrada a observação de que, se essas despesas não pudessem ser pagas pela secretaria, o parecer deveria ser aprovado, sem a observação à diretora” (p. 93).

Também Alves (2015) faz menção ao fato de a caixa escolar ser empregada em diversos meios, quando afirma que “os recursos para a fundação da biblioteca vieram da caixa escolar que tinha como primeira preocupação o auxílio aos alunos pobres, mas que também se atentou em melhorar a instrução dos alunos oferecendo-lhes uma biblioteca escolar” (p. 64) e que a caixa também custeava outras atividades, tais quais: piqueniques, brinquedos, doces, bolacha, livros para a biblioteca e outros.

Bernardo (2014), que aborda a caixa escolar de Minas Gerais entre 1911 e 1914 como um mecanismo filantrópico que aliou o Estado e sociedade no intuito de manter a ordem e legitimar o regime republicano, reafirma a situação apresentada acima:

Assim, podemos verificar que os recursos da caixa no início do século XX estavam destinados à manutenção de crianças pobres, mas também para auxílio do museu escolar e biblioteca, tão importantes para a execução de diversas disciplinas do programa que, como vasta bibliografia aponta, muitas vezes não eram oferecidas em virtude da falta de condições materiais nas escolas. Além das disciplinas, o método de ensino também ficava comprometido, devido, muitas vezes, à falta de objetos no Museu Escolar e livros na biblioteca. Ao permitir pequenos reparos no prédio e jardim, nota-se a previsão de uma parceria criada entre Estado e sociedade com vistas à manutenção da escola (p. 49).

Zonin (2017) revela a atuação das caixas escolares no processo de escolarização da infância em Santa Catarina entre 1938 e 1945 e corrobora com os descritos acima de que a caixa escolar atendia a demandas de natureza variadas como “vassoura e balde, maleta e bandeira para o Pelotão de Saúde, gastos com Festa da Pátria e da Semana da Criança, conserto de escada, bandeira nacional, mastro para bandeira, pagamento pelo feitiço de chapéus de enfermeira, balas e doces [...]” (p. 71). Conforme essas pesquisas apontam, a caixa escolar não se limitava a financiar a permanência

de alunos pobres na escola, mas a própria cultura escolar que tinha como seu vetor determinadas práticas escolares ancoradas em alguns artefatos materiais que a caixa tornava possíveis.

Considerações finais

O artigo em tela teve por objetivo empreender um balanço das pesquisas em história da educação brasileira nos últimos dez anos sobre a caixa escolar. Para a escrita destas considerações finais, procuraremos responder, a partir do que foi inventariado, as três questões levantadas na introdução deste trabalho, na medida em que apontam o que este levantamento conseguiu revelar sobre o tema em questão, a partir da historiografia recente.

Embora, quantitativamente, os estudos que abordam a caixa escolar sejam em número que pode ser considerado reduzido, em termos qualitativos, estes o vêm fazendo com relativa frequência ao longo da última década, em forma de artigos, dissertações e uma tese. Isso permite afirmar que este objeto vem recebendo a atenção de historiadores e historiadoras da educação, de diferentes regiões brasileiras (mas, sobretudo, de Minas Gerais), como um importante componente da história educacional da escolarização da população pobre.

Dentre as principais descobertas das pesquisas sobre a história da caixa escolar, podemos destacar: a) a identificação de que sua principal finalidade era o atendimento das necessidades das crianças pobres, visando garantir sua frequência à escolarização, sendo esta uma característica comum a todas as experiências analisadas; b) a constatação de que, nos diferentes contextos, a caixa escolar representava um complemento, quando não desobrigação da ação estatal em favor da escolarização das crianças pobres, constituindo-se, assim, numa iniciativa que envolvia diversos atores (professores, diretores de escolas, comunidade em geral) como responsáveis pela escolarização da população pobre e numa parceria entre a iniciativa particular e a escola pública estatal; c) a observação de que a caixa escolar não apenas favoreceu a permanência da criança pobre na escola, mas tornou-se, também, de certa forma, parte da cultura escolar, ao financiar, em muitos casos, os materiais e objetos necessários ao desenvolvimento de determinadas práticas escolares.

Com base no levantamento realizado, observa-se que a maioria dos estudos até aqui realizados recaem sobre regiões como Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará,

Mato Grosso e São Paulo, abordando diferentes momentos do século XX. Seria relevante, no futuro, que se desenvolvessem investigações sobre outras regiões brasileiras, nas quais, eventualmente, a caixa escolar tenha existido e funcionado, a fim de revelar se houve especificidades locais no processo de implantação, funcionamento e uso dessa estratégia de financiamento escolar. Um número maior de pesquisas locais, inclusive, favoreceria a escrita de histórias comparadas ou conectadas da caixa escolar, tendência historiográfica bastante defendida no campo atualmente. Por outro lado, carecemos de estudos sobre a caixa escolar em fins do Império e no período da ditadura civil-militar e da redemocratização, para falar apenas de períodos não visitados pelas pesquisas aqui inventariadas. Mas, também, valeria a pena estudos futuros revisitarem momentos já frequentados pela historiografia, como a Primeira República e a Era Vargas, a fim de confirmarem ou ampliarem as constatações já realizadas nas pesquisas aqui mobilizadas. A caixa escolar, assim, constitui-se um objeto de estudo ainda aberto a novas investigações.

Referências

ALVES, R. P. *Biblioteca escolar das escolas reunidas Sant'Anna do Paranaíba/MT: contribuições para o estudo de sua história*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Parnaíba, MS, 2015.

ANJOS, J. J. T. Um balanço da produção recente sobre a institucionalização da escola primária na Província do Paraná (2000-2015). *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, p. 1-23, 2017. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i3.004>

BAHIENSE, P. N. *A fim de arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres: as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

_____. Não basta fornecer o mestre: o funcionamento das caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918). *Interfaces Científicas-Educação*, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 48-58, jun. 2014.

BASTOS, M. H. C. O que é a história da educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão. *Espacio, Tiempo y Educación*, Madrid, v. 3, n. 1, p. 43-59, jan./jul. 2016. <https://doi.org/10.14516/ete.2016.003.001.4>

BENCOSTTA, M. L. A escrita da arquitetura escolar na historiografia da educação brasileira (1999-2018). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19, p. 1-26, 2019. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e064>

BERNARDO, F. O. *Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas (1892-1911)*. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2020.

_____. *O. Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913)*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

BERNARDO, F. O.; CARVALHO, R. A. Caixa escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-58, set./dez. 2012.

BITTAR, M.; FERREIRA JR., A. The history of education in Brazil: a consolidated field. In: INTERNATIONAL STANDING CONFERENCE FOR THE HISTORY OF EDUCATION – ISCHE. (Org.). *41st annual conference spaces and places of education*. Porto: Universidade do Porto, 2019.

BLOCH, M. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BUFFA, E. Os 30 anos do GT de História da Educação da ANPEd: sua contribuição para a constituição do campo. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, v. 16, n. 4, p. 393-419, 2016.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: história e historiografia da educação brasileira nos anos de 1980 e de 1990: a produção divulgada no GT História da Educação. In: GONDRA, J. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 85-111.

FONSECA, S. C.; ALMEIDA, E. A legião brasileira de assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. *História da Educação*, Santa Maria, v. 20, n. 49, p. 123-41, ago. 2016. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/59433>

GONDRA, J. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LIMA, D. R. P.; SILVA, A. M. P. O grêmio dos professores primários de Pernambuco fabricando bons hábitos: “a caixa escolar”. (1883-1884). *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 31, n. 64, p. 1-18, 2021. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14403>

SANTOS, M. M. *O grupo escolar Bueno Brandão como expressão republicana no município de Uberabinha-MG 1911 a 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019.

SOUZA, S. T. *Historiografia educacional no Brasil: reflexões a partir das publicações da Revista História da Educação (ASPHE, 1997-2006) e dos Cadernos de História da Educação (UFU, 2002-2011)*. *History of Education in Latin America: HISTELA*, Natal, v. 2, p. 1-28, 2019. <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2019v2n0ID17794>

THOMÉ, L. M. *O exercício da profissão de professor no grupo escolar de Diamantina (1907-1909)*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2017.

VASCONCELOS, D. A. *Custeio da educação pública na era Vargas: a caixa escolar no Ceará (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2013.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

WARDE, M. J. As revistas de educação e ensino como objeto de historiadores da educação (Brasil, 1988-2021). *History of Education & Children's Literature*, Macerata, v. 16, n. 2, p. 35-66, 2021. <https://doi.org/10.48219/1004>

_____. Brincando nos campos do senhor: anotações para uma história da formação de professores e do ensino da história da educação no Brasil. In: CARVALHO, M. M. C.; GATTI JR., D. (Orgs.). *O ensino de história da educação*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011, p. 305-35.

ZONIN, S. A. *A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

ZONIN, S. A.; SILVA, V. L. G.; PETRY, M. G. Assistência à infância escolarizada: a caixa escolar em cena. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 18, mar. 2018. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e007>

Submetido em: 25/01/2022

Aceito em: 06/06/2022

Sobre os autores

Alana Souza Luz

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, modalidade profissional, da Universidade de Brasília.

E-mail: alanaunb@gmail.com

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, modalidade profissional, da Universidade de Brasília.

E-mail: juarezdosanjos@yahoo.com.br